

Ao
DIRETOR GERAL DO
SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

ATT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada em estudos técnicos, implantação de ferramentas tecnológicas (piezômetros, poços multinível, marcos geotécnicos) para controle e monitoramento ambiental (relatórios de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, marcos geotécnicos, piezômetros, atualização de plantas e relatórios de estabilidade de taludes) no aterro sanitário do município de Pedreira-SP.

BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA EPP., empresa estabelecida à Rua Senador Vergueiro, 995 – Sala 24 - Centro, Limeira – SP, CNPJ nº 07.623.567/0001-63, ciente da decisão proferida pela Comissão de Licitações no sentido de **considerá-la inabilitada** no certame licitatório em referencia, vem respeitosamente, por intermédio de seu Procurador infra assinado, com fundamento nos termos do artigo 109 da Lei 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854/99, interpor o presente

RECURSO

Contra tal decisão, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS

I Conforme ata de abertura e julgamento do envelope nº 01 – Documentações, lavrada em 18/09/2017 pela Comissão Permanente de Licitações, (não houve publicação, exigível por não estar todos os licitantes presentes, conforme preconiza o item 9.1.4 do Edital e o paragrafo 1º do artigo 109 da Lei 8.666/93) foi a Recorrente inabilitada **sob o argumento de não atender o item 3.4, subitem d4 da qualificação técnica do edital.**

II Com a devida vênia, totalmente infundada afigura-se tal alegação, eis que, encontram-se no rol dos documentos apresentados pela Recorrente as Certidões de Acervo Técnico nº 2620140008888, 2620140006678, 2620140003793, 2620140006682, 2620140006684 e LMR-00220, emitidas pelo CREA-SP, acompanhada dos respectivos Atestados de Capacidade Técnica **em que se comprova a execução de serviços de complexidade muito superiores ao licitado e atende perfeitamente a capacitação técnico-operacional exigida, podendo o SAAE promover diligência para comprovar o exposto, conforme previsto no item 8.4 do Edital.**

A exigência do SAAE de qualificação técnica era:



“d.4 – Apresentar atestados técnicos de marcos geotécnicos, poços multinível, piezômetros, estudos de estabilidade, estudo de vidas útil e estudos relacionados à plumas de contaminação de água subterrânea e de monitoramento geotécnico de aterros sanitários”.

Os atestados apresentados pela nossa empresa apresentam serviços de complexidade tecnológica muito superior ao exigido pelo SAAE, por exemplo:

- **Elaboração de plano de encerramento das atividades do aterro sanitário municipal de Limeira – Fase II;**
- **Definição das áreas de influencia do aterro a serem recuperadas e/ou monitoradas;**
- **Verificação dos sistemas de drenagem pluvial, gasoso e de chorume;**
- **Elaboração de planos de monitoramento geotécnico, de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, de qualidade do ar e do solo, e de proteção da biota;**
- **Execução de 1350 metros de drenos de chorume;**
- **Condução de análise de estabilidade de talude;**
- **Condução de estudo de estabilidade e elaboração de parecer técnico para as atividades de monitoramento e estudos dos impactos ambientais do aterro Sanitário Santa Barbara em Campinas – SP;**
- **Monitoramento topográfico com controle de marcos de concreto;**
- **Avaliação geológico-geotécnica e estudo de estabilidade.**

DO FUNDAMENTO JURÍDICO

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Seção II, artigo 30, § 1º, estipula como comprovação de capacitação técnica a exigência de atestado de responsabilidade técnica por execução de **obra ou serviço de características semelhantes ou superiores**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Além disso, o Tribunal de Contas de SP determina:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de **prova de execução de serviços similares**, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Nota-se nitidamente uma total falta de critérios na análise técnica que motivou o julgamento proferido por V.S.as.

Além disso, se neste certame licitatório restar apenas uma empresa, ficará frustrado o caráter competitivo perante o Tribunal de Contas do Estado de SP, pois teremos o preço de apenas um concorrente para um serviço de tamanha importância para a cidade.



Cabe ressaltar ainda que a Comissão considerou a licitante GEOTECH – GEOTECNIA AMBIENTAL, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA como qualificada a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 não obstante a mesma não ter atendido o item e.3 que exigia a apresentação por fora dos envelopes, junto com o credenciamento da declaração e da comprovação de ser M.E ou E.P.P., sendo que a referida apresentou apenas a declaração fora dos envelopes., não bastasse o exposto considerou a licitante Geotech habilitada mesmo sem apresentar o atestado de visita técnica solicitado no item e.2, alegando que a mesma tinha feito a vistoria anteriormente, o que não o liberava de apresentar o atestado anterior.

Diante de tal evidência, não há como prosperar o ato praticado pela R. Comissão, eis que decorre de equívoco, prejudicial aos direitos da Recorrente.

Ora se tratando de licitação pública, o fim precípua é proporcionar a todos os interessados o direito de igualdade de participação e ao Poder Público conseguir o menor preço com maior qualidade, pois interessa à Administração receber o maior número de proponentes, porque, quanto maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas a fim de resguardar os cofres públicos.

Com o propósito de estabelecer normas gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, decretou-se e sancionou-se a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo como primordial objetivo a regulamentação de licitações e contratos pertinentes a obras, serviços e demais tipos de compras e alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Para garantir total transparência e integralidade aos contratos com Órgãos Públicos, esta Lei reza em alguns de seus artigos;

“Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, *restringam ou frustrem o seu caráter competitivo* e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;”

Ainda sobre o princípio da competitividade, a recorrente transcreve textos de respeitados doutrinadores:



Diógenes Gasparini, em sua obra “Crimes na Licitação”, define que **“o caráter competitivo é a circunstância que torna a escolha do negócio de interesse da Administração Pública dependente da licitação.”**

Carlos Ari Sundfeld, em “Licitação e Contrato Administrativo” afirma que **“a competição, tão ampla quanto possível, é o valor fundamental a preservar em toda e qualquer licitação pública. Daí porque, segundo a melhor doutrina, a Administração está obrigada a ensejá-la, favorecê-la, estimulá-la, jamais podendo opor-lhe limites, barreiras ou dificuldades desarrazoadas.”**

Hely Lopes Meirelles afirma que **“no procedimento licitatório o princípio do procedimento formal não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades que sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes”**

DO PEDIDO

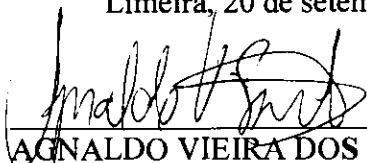
Diante do exposto, por falta de publicações obrigatórias, inabilitações descabidas e julgamentos incorretos e contando com a transparência que certamente norteia os procedimentos praticados por essa Administração, e com o amparo da legislação em epígrafe, a recorrente **REQUER ORA ADMINISTRATIVAMENTE:**

Seja acatado o presente RECURSO, sendo assim reconsiderada a decisão ora atacada, no sentido de ser reconhecida a plena habilitação da Recorrente no presente certame, atribuindo ao Recurso ora interposto o efeito suspensivo previsto no parágrafo 2º do mencionado artigo 109 da Lei 8.666/93, evitando assim notificação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e posterior Mandado de Segurança.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Limeira, 20 de setembro de 2017.



AGNALDO VIEIRA DOS SANTOS

PROCURADOR

RG. 23.322.881-00

CPF nº 109.879.068-52



PROCURAÇÃO

BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA - EPP., inscrita no CNPJ 07.623.567/0001-63, com sede à Rua Senador Vergueiro, 995 – Sala 24, Centro, na cidade de Limeira/SP, representado por seu Sócio Administrador Sr. Romolo José Soares Lenci, brasileiro, casado, portador do RG nº 29.618.571-1 SSP SP e do CPF nº 321.018.738-00, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu procurador o Sr. Agnaldo Vieira dos Santos, CPF nº 109.879.068-52 e RG nº 23.322.881-00, para o fim especial de representar a empresa outorgante em processos licitatórios perante a Administração Pública, podendo praticar os seguintes atos: assinar propostas, declarações, bem como representar a empresa em todas as fases do processo licitatório pelo período de 180 (cento e oitenta dias) dias, podendo ainda substabelecer a presente procuração.

Limeira, 17 de agosto de 2017.

Romolo José Soares Lenci
Sócio Administrador

1º TABELIÃO DE NOTAS
DRENO LUIZ ROLAND - Tabelião
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João
Fone: (19) 3441-7496 - Limeira/SP

18 AGO. 2017

AUTENTICAÇÃO
autentico a presente
Cópia reprográfica conforme
ao original a mim apresentada
do que dou fé

SELOS PAGOS POR VERBA R\$ 3,38

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE LIMEIRA
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João - Centro Atômico - Limeira/SP - Tel. (19) 3441-7496
Dreno Luiz Roland - TABELIÃO

ROMULO JOSE SOARES LENCI, titular das
procurações, assinou a presente
procuração, em 18 de agosto de 2017, pagando R\$ 5,32
em selos.

Ja verdade...

("VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS")

JUCESP
22 08 14



JUCESP PROTOCOLO
0.781.334/14-7



INSTRUMENTO PARTICULAR DE 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

NIRE 3522016164-9

CNPJ 07.623.567/0001-63

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, natural de Limeira/SP, nascido em 18/11/1978, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.618.572-3/SP e inscrito no CPF sob nº 275.961.718-18, residente e domiciliado nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua dos Lírios, nº 38, Portal de São Clemente, CEP 13.482-549;

ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI, brasileiro, solteiro, natural de Limeira/SP, nascido em 05/07/1985, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.618.571-1/SP e inscrito no CPF sob nº 321.018.738-00, residente e domiciliado nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua Fleming, nº 835, Jd. Aquarius, CEP 13.484-091.

Únicos e atuais sócios da **BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, sociedade empresária sob a forma de limitada, com sede nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua Senador Vergueiro, nº 995, Sala 24, Centro, CEP 13.480-001, inscrita no CNPJ sob nº **07.623.567/0001-63**, com Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº **3522016164-9** em sessão de **05/09/2005** e última alteração sob nº **433.413/12-8** em sessão de **10/10/2012**, resolvem alterar o mencionado contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se outorgam e aceitam, a saber:

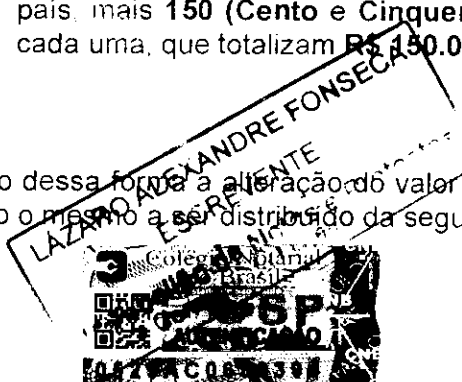
I

O capital social que era de **R\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais)** totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, fica elevado para **R\$ 1.100.000,00 (Um Milhão e Cem Mil Reais)** mediante subscrição e integralização, pelos sócios, de **300 (Trezentas)** quotas no valor de R\$ 1.000,00, cada uma totalizando **R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais)** da seguinte forma:

- 1) O sócio **RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI** integraliza neste ato, em moeda corrente do país, mais **150 (Cento e Cinquenta)** quotas, no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma, que totalizam **R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)**;
- 2) O sócio **ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI** integraliza neste ato, em moeda corrente do país, mais **150 (Cento e Cinquenta)** quotas, no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma, que totalizam **R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)**;

II

Realizado dessa forma a alteração do valor do capital, ora subscrito e integralizado pelos sócios, passando o mesmo a ser distribuído da seguinte forma:



1º TABELIÃO DE NOTAS
BRENO LUIZ ROLAND - Tabelião
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João
Fone: (19) 3441-7496 - Limeira/SP

20 SET. 2017
AUTENTICAÇÃO
O autenticado a presente
Cópia reprográfica conforme
do original a mim apresentada
em 20 de Setembro de 2017, no
valor de R\$ 1.000,00.

DUCE SP
22 08 14

<u>QUOTISTA</u>	<u>PARTICIPAÇÃO</u>	<u>Nº DE QUOTAS</u>	<u>R\$</u>
RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI	50%	550	550.000,00
ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI	50%	550	550.000,00
TOTAIS	100%	1.100	1.100.000,00

III

Em virtude da alteração ora introduzida, resolvem os sócios consolidar o **Contrato Social**, que passa a ter a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL”

DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA SOB FORMA DE LIMITADA

BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

NIRE 3522016164-9

CNPJ 07.623.567/0001-63

Os infra-assinados, **RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, natural de Limeira/SP, nascido em 18/11/1978, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.618.572-3 expedida por SSP/SP em 02/02/1993 e inscrito no CPF sob nº 275.961.718-18, residente e domiciliado nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua dos Lírios, nº 38, Portal de São Clemente, CEP 13.482-549 e **ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI**, brasileiro, solteiro, natural de Limeira/SP, nascido em 05/07/1985, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.618.571-1 expedida por SSP/SP em 02/02/1993 e inscrito no CPF sob nº 321.018.738-00, residente e domiciliado nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua Fleming, nº 835, Jd. Aquarius, CEP 13.484-091, por esta e na melhor forma de direito, tem entre si, justos e contratados, constituir uma Sociedade Empresária Limitada, que se regerá pelo que está contido nas cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, objeto, sede, prazo de duração e tipo jurídico

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação social de **BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade terá sua sede nesta cidade de Limeira/SP à Rua Senador Vergueiro, nº 995, Sala 24, Centro, CEP 13.480-001 e terá duração por TEMPO INDETERMINADO.



18 TABELIÃO DE NOTAS
BRENO LUIZ ROLAND - Tabelião
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João
Limeira - SP
Fone: (19) 3441-7496 - Limeira/SP

20 SET. 2017
AUTENTICAÇÃO
autenticado a presente
Cópia reproduzida conforme
ao original aqui apresentada
Breno Luiz Roland Tabelião
de Notas - Limeira/SP

DUCE SP
22 08 14

<u>QUOTISTA</u>	<u>PARTICIPAÇÃO</u>	<u>Nº DE QUOTAS</u>	<u>R\$</u>
RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI	50%	550	550.000,00
ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI	50%	550	550.000,00
TOTAIS	100%	1.100	1.100.000,00

III

Em virtude da alteração ora introduzida, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL”

DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA SOB FORMA DE LIMITADA

BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

NIRE 3522016164-9

CNPJ 07.623.567/0001-63

Os infra-assinados, **RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, natural de Limeira/SP, nascido em 18/11/1978, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.618.572-3 expedida por SSP/SP em 02/02/1993 e inscrito no CPF sob nº 275.961.718-18, residente e domiciliado nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua dos Lírios, nº 38, Portal de São Clemente, CEP 13.482-549 e **ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI**, brasileiro, solteiro, natural de Limeira/SP, nascido em 05/07/1985, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.618.571-1 expedida por SSP/SP em 02/02/1993 e inscrito no CPF sob nº 321.018.738-00, residente e domiciliado nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo à Rua Fleming, nº 835, Jd. Aquarius, CEP 13.484-091, por esta e na melhor forma de direito, tem entre si, justos e contratados, constituir uma Sociedade Empresária Limitada, que se regerá pelo que está contido nas cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO I

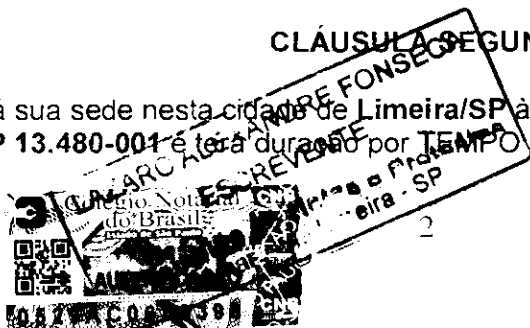
Da denominação, objeto, sede, prazo de duração e tipo jurídico

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação social de **BIO ESFERA GESTÃO AMBIENTAL LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade terá sua sede nesta cidade de Limeira/SP à Rua Senador Vergueiro, nº 995, Sala 24, Centro, CEP 13.480-001 e terá duração por TEMPO INDETERMINADO.



1º TABELÃO DE NOTAS
BRENO LUIZ ROLAND - Tabelião
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João
Fone: (19) 3441-7496 - Limeira/SP

20 SET. 2017

AUTENTICAÇÃO
Cópia reprográfica conforme
original a mim apresentada
em 20 de Setembro de 2017

o, a

2

10

DUCE SP
20 08 14

CAPÍTULO II Do Capital e das Quotas

CLÁUSULA SEXTA

O Capital Social é de **R\$ 1.100.000,00 (Um Milhão e Cem Mil Reais)**, constituído de 1.100 (Um Mil e Cem) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma, sendo subscrito e integralizado pelos sócios, da seguinte forma:

<u>QUOTISTA</u>	<u>PARTICIPAÇÃO</u>	<u>Nº DE QUOTAS</u>	<u>R\$</u>
RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI	50%	550	550.000,00
ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI	50%	550	550.000,00
TOTAIS	100%	1.100	1.100.000,00

Parágrafo Primeiro – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios, nos termos do art. 1.056 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os lucros ou prejuízos poderão ser apurados mensalmente, trimestralmente ou anualmente, respeitando a legislação, sendo assim distribuídos ou suportados pelos sócios, ou levados a uma conta especial de reserva, desde que haja comum acordo entre eles.

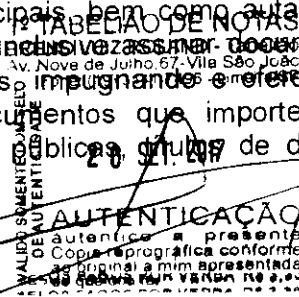
CAPÍTULO III

Da Administração, do uso da denominação social e da remuneração dos administradores

CLÁUSULA OITAVA

A administração e gerência da sociedade caberão aos sócios **RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI** e **ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI**, e aos administradores não sócios da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – Os administradores sócios **RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI** e **ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI** terão poderes necessários para gerir e administrar a sociedade individualmente na representação em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, podendo inclusive assumir documentos de licitações públicas, assumindo compromissos, firmando acordos, impugnando e oferecendo recursos à impugnação sofrida, podendo assinar todos os documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive escrituras públicas, títulos de dívidas, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.



DUCE SP
22 08 14

Parágrafo Segundo – Os administradores não sócios, em número de dois, eleitos através de documento em separado, ficarão incumbidos da gerência técnica, cabendo aos mesmos o gerenciamento das atividades em conformidade com suas habilitações, no âmbito da Engenharia Civil.

Parágrafo Terceiro – Os administradores poderão criar denominações aos seus cargos a fim de promoverem a divisão interna do trabalho.

Parágrafo Quarto – São expressamente vedados aos administradores, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos que a envolverem em obrigações relativas à operações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como: fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo Quinto – Os administradores que usarem indevidamente a firma ou a denominação social, empregando-a em obrigações estranhas à sociedade em seu próprio benefício ou em favor de terceiros, pagarão à sociedade, a título de multa, metade das obrigações por eles contraídas, mais o valor das obrigações.

Parágrafo Sexto – Os administradores poderão nomear procuradores *ad-negotia* e *ad-judicia et extra* para fins específicos.

Parágrafo Sétimo – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, que coincidirá sempre com o ano civil, os administradores prestarão contas da administração, apresentando o balanço patrimonial e a demonstração do resultado.

CLÁUSULA NONA

O uso da denominação social é privativo dos administradores, conforme dispõe o art. 1.064 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA

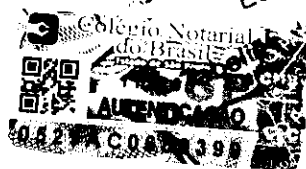
Os administradores sócios **RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI** e **ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI** e os administradores não sócios terão direito a uma retirada mensal a título de "Pró-Labore", fixadas de comum acordo pelos sócios, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

CAPÍTULO IV Das reuniões

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As deliberações dos sócios poderão ser tomadas em reunião, não havendo necessidade de convocação.

Parágrafo Único – Quando realizada reunião dos trabalhos e deliberações, será lavrada no livro de atas de reuniões, assinada por todos os sócios e apresentada ao registro público de empresas mercantis, para arquivamento e averbação.



1º TABELIAO DE NOTAS
IRENO LUIZ ROLAND - Tabelião
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João
Fone: (11) 3441-7496 - Limeira/SP

AUTENTICACÃO
Cópia autêntica e preservada
Cópia fotográfica conforme
original a mim apresentada
20/08/2014

DUCESP
22 08 14

CAPÍTULO V **Retirada, Morte, ou Exclusão de sócio**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As quotas do capital são indivisíveis, não podendo ser cedidas ou transferidas pelos sócios, no qual em igualdade de condições, assistem o direito na respectiva aquisição. O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá notificar os demais de sua intenção, para que os mesmos exerçam, no prazo de 60 (sessenta) dias, seu direito de preferência. Não havendo interesse algum dos sócios pela aquisição das quotas do notificante, ou, somente se dispuser a adquirir parte dessas quotas, este poderá ceder ou transferir a terceiros as quotas não adquiridas, procedendo assim alteração contratual que deverá ser assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Qualquer sócio poderá ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou ainda, por incapacidade superveniente, nos termos do art. 1.030, caput, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade não entrará em dissolução, e conseqüentemente, em liquidação, por morte, falência ou incapacidade dos sócios. Ocorrendo um destes eventos, as quotas do sócio que vier a falecer, ou for declarado interdito ou incapaz, serão transferidas aos herdeiros legais, que participarão da sociedade sem necessidade de optarem pela administração, participando apenas dos lucros da mesma. Caso os herdeiros não se interessem em participar da sociedade, seus haveres serão apurados na proporção do capital social e será pago em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sem juros, vencendo-se a primeira, 90 (noventa) dias após apresentada à sociedade a autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

CAPÍTULO VI **Disposições Finais**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

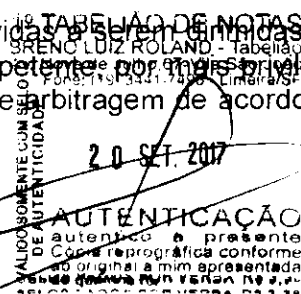
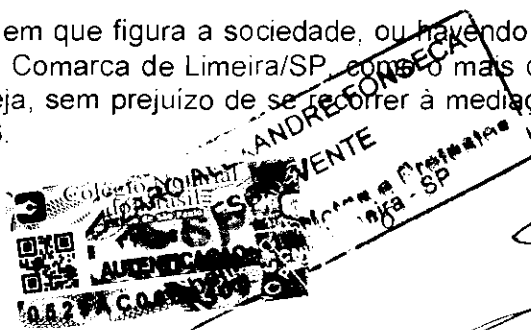
A sociedade desenvolve atividade econômica organizada, de acordo com os artigos 966 e 982 do Código Civil, se tratando, portanto, de sociedade empresária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos por intermédio de árbitros nomeados pelos sócios, de acordo com as leis em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Em caso de litígio, em que figura a sociedade, ou havendo dúvidas a serem dirimidas, fica eleito desde já o Foro da Comarca de Limeira/SP, como o mais competente, por mais privilegiado que qualquer outro o seja, sem prejuízo de se recorrer à mediação e arbitragem de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96.




JUCESP
22 08 14

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Os sócios administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão condenados por nenhum crime cuja pena vede o exercício de administração da sociedade empresarial.

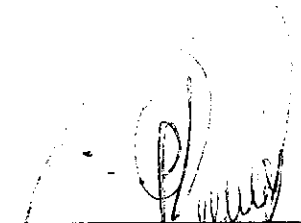
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

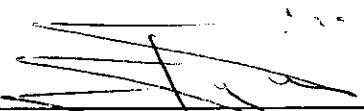
Limeira/SP, 18 de Agosto de 2014.

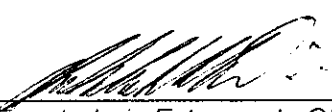

RODOLFO JOSÉ SOARES LENCI
sócio administrador


ROMOLO JOSÉ SOARES LENCI
sócio administrador

TESTEMUNHAS

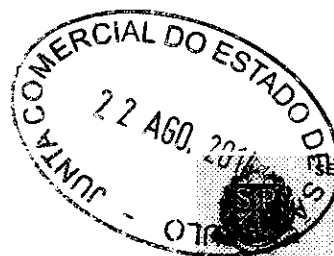

LUIS ANTÔNIO TEROSSI
RG: 7.536.519-4/SSP-SP


GIULIANO ALEXANDER TEROSSI
RG: 28.138.814-3/SSP-SP


Dr. Fausto Luis Esteves de Oliveira
ADVOGADO – OAB/SP 103.079



7



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO, LÁVIA REGINA BRITTO
SOB O NÚMERO SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO
221.930/14-0



IRENO LUIZ ROLAND - Tabelião
Av. Nove de Julho, 67 - Vila São João
Fone: (19) 3441-7496 - Limeira/SP

20 SET 2017
AUTENTICAÇÃO
de autenticação a presente
Cópia reprográfica conforme
ao original a mim apresentada
VALIDO SOMENTE COM SELO
DE AUTENTICIDADE